



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : BRASMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

CNPJ/CPF : 66.398.306/0001-56

Empreendimento : BRASMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda TIANO, VEADOS OU PONTE VELHA número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 35603-000 Araújos - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Araújos (LAT) -19.9216, (LONG) -45.141

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 628/2024

Motivo da decisão:

Com base nos fatos e fundamentos técnicos e normativos trazidos no Despacho nº 100/2024/FEAM/URA ASF - CAT (SEI nº 89958852), no documento SEI nº 90034089 e no Parecer nº 33/FEAM/URA ASF - CCP/2024 (doc. SEI nº 90277736), decide-se pelo arquivamento, em respeito ao princípio da razoável duração do processo e da legalidade, com base no art. 5º, caput, LXXVIII da Constituição Federal de 1988, do art. 2º e art. 50, ambos da Lei Estadual 14.184/2002, bem como pelas previsões normativas do art. 26, §5º, ambos da Deliberação Normativa nº 217/2017 do COPAM, do art. 33, II, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, corroborados pelo posicionamento institucional das Instruções de Serviço nº 05/2017 e nº 06/2019 SISEMA.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Divinópolis, 24/06/2024.

Documento assinado eletronicamente por KAMILA ESTEVES LEAL, Chefe da Unidade, em 24/06/2024 16:45 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.